

Esqueceram-se do Executivo

Os últimos fatos vieram apenas comprovar que ainda tratamos a política como se fosse uma grande partida do campeonato do mundo: somos contra ou a favor e a análise mais fria e racional dos fatos é obscurificada pela paixão com que nos entregamos a exaltar ou condenar alguém. Assim foi durante o impeachment do presidente Collor de Mello: quantos pretenderam colocar-se acima das paixões e ver o processo com um mínimo de isenção foram olhados como habitantes de outro planeta. Essa divisão, bem menos nítida é verdade, registrou-se agora, durante as votações no Supremo Tribunal Federal.

Nesse entusiasmo quase passional com que nos lançamos à torrente, tendemos a focalizar numa pessoa a origem do bem ou do mal. Somos um povo marcado por *pessoas*: Getúlio, Adhemar, Juscelino, Jânio, Jango, Collor. Essa postura mental impede muitas vezes que nos dediquemos ao estudo dos problemas com o vagar necessário. Leva, igualmente, a que se escolham os "inimigos" contra os quais dirigir o ressentimento e a frustração.

O sr. Paulo César Farias é disso o exemplo — convocado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, houve quem desejasse que ele elucidasse as maneiras e os modos como se deu a corrupção durante o governo Collor de Mello. Seguramente, desapontaram-se com a atitude do depoente, ora dizendo nada saber disso ou daquilo, ora afir-

mando que tal fato pertencia à sua intimidade e não falaria sobre ele, ora insistindo em que tinha prestado serviços de consultoria a determinadas empresas, que acreditaram no que vaticinara. Ele é o símbolo do mal — e ao mesmo tempo se esperava que, arrependido, tudo dissesse (esse tudo sendo aquilo que os interrogadores queriam fosse dito) para que definitivamente se extirpasse o mal da corrupção. Não foi e não será assim, infelizmente. O grave, porém, é que desejando erigir o adversário em inimigo para destruí-lo (como se uma vez ele destruído tudo se resolvesse), não se tratam os problemas cruciais na profundidade necessária.

A "profundidade necessária", no caso em espécie, resume-se numa pergunta: o empenho dos membros da CPI do Orçamento em incriminar empreiteiras e alguns deputados terá feito com que se esquecessem de que deputado não libera verbas? Muito menos o sr. José Carlos Alves dos Santos, mesmo sendo diretor do Orçamento da União? Esse "espírito futebolístico" impede que se procure descobrir como se deram as conexões criminosas que permitiram o assalto aos cofres públicos. Está provado, cremos, que alguns deputados apresentavam emendas que favoreciam determinadas

empreiteiras. Está gravado, sabemos, que alguns deputados inquiridores admitem ter tido conhecimento de que na Comissão do Orçamento se passavam coisas impublicáveis. É sabido que as emendas eram aprovadas pelo plenário da Comissão e depois referendadas pelo Congresso na confusão generalizada em que de alguns anos para cá se votava o Orçamento. Há, assim, vários graus que a emenda favorecedora devia subir até chegar à sanção do presidente da República. De-

pois, que responsabilidade têm os deputados em sua liberação? Fazer lobby junto ao ministro da Fazenda para que libere esta e não aquela? Fizeram, admita-se. O ministro liberou. Nessa escada de responsabilidades co-divididas — tão mais divididas quanto se sabe que algumas emendas já vinham enxertadas no projeto de Orçamento do Executivo — apenas os deputados têm responsabilidade pelo ilícito eventualmente cometido? Alguns membros da CPI, o governador Antônio Carlos Magalhães e outros têm chamado atenção para o fato de que o Executivo tem sua parte de responsabilidade no escândalo. Sucede, porém, que o "Executivo" não comporta ódio — alguém imaginou uma passeata contra o "Executivo"? Ou o pedido de impeachment do

"Executivo"? Impossível. Por ser impossível, nada se faz.

Nada se fazendo, tudo fica como está, não apenas na liberação das verbas destinadas a favorecer empreiteiras, como no resto, na corrupção miúda que ao fim do ano é imensa. Alguém se deteve a analisar a legislação que transfere para o ordenador de despesas a responsabilidade civil e criminal por ter feito ou deixado de fazer? Alguém se preocupou, mes-

mo no âmbito da CPI, em saber por que sindicatos podiam receber subvenções sociais sem prestar contas das anteriores? No fundo, quem é o "ordenador de despesas"? Pode-se dirigir a frustração do povo

Governados pelas "pessoas", temos a tendência de esquecer que o Executivo deve ser investigado

contra um zê-ninguém? Não. Então, nada se faz para pôr o Executivo em ordem — e, quando o general Canhim decide colocar seus engenheiros militares em ação, é para saber se a ponte foi construída. A corrupção maior e a menor, essas não são investigadas porque se dão no âmbito do "Executivo". Como o "Executivo" não desperta rancor, deixa-se como está. Como está ficará, obrigado, até que se encarne em uma pessoa contra a qual valha a pena mobilizar os caras-pintadas e a rua.